

## Relações raciais na formação do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Roger Bastide e Mário de Andrade

**Resumo:** O escopo do presente trabalho visa delinear, brevemente, como se deram algumas das discussões na literatura e na sociologia brasileiras acerca das teorias racialistas que influenciaram teóricos do país. Logo, objetivamos perpassar um panorama das obras de Freyre, Bastide e Mário de Andrade no tocante suas contribuições ao pensamento social brasileiro e, especificamente, sobre a condição do negro em nossa sociedade.

**Palavras-chave:**

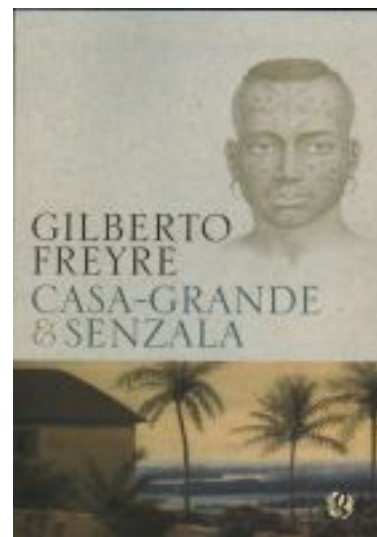
“O Brasil ainda é uma criança”. Tem pouco menos de 70 anos. Ao menos o Brasil ao qual fomos apresentados na escola primária. O Brasil do índio, do branco e do negro, cada qual com seu devido papel na formação da brasilidade. O Brasil da Democracia Racial, do respeito mútuo entre as raças. O Brasil que é filho de *Casa Grande & Senzala*; este ainda é uma criança.

E como num estágio inicial da formação de um povo, fomos todos levados a crer em um mito da criação. Aquele que pregava serem as três raças (branca, negra e indígena) relevantes na constituição, biológica ou cultural, do brasileiro; esse povo único, diferente de qualquer outro conhecido. Ora, uma vez se tratando de um povo sem diferenças raciais – todos eram negros, brancos e índios ao mesmo tempo – só podíamos estar lidando com uma sociedade racialmente fraterna, na qual a inexistência de conflitos raciais era uma realidade óbvia e indiscutível. Assim, a falsa “Democracia Racial” seria o maior legado desse mito.

Somos, de fato, filhos de três raças. E nossa sociedade foi esculpida por três culturas bem distintas. Mas a “Democracia Racial”, que Gilberto Freyre “sugeri”, é uma fábula. Sendo assim, essa “Democracia Racial” não é um troféu que devemos erguer com orgulho, não é verdadeira, ainda é uma construção ou, para os mais pessimistas, um sonho.

A idéia de que a mestiçagem seja um ponto positivo ou negativo para a constituição do nosso povo ronda também um outro ponto delicado de análise, a saber, o da identidade nacional. Parafraseando Sílvio Romero, “(...) somos mestiços se não no sangue, ao menos na alma.” (ROMERO, 1888/1949).

Analisar teorias raciais sob a óptica de nosso contexto histórico é uma tarefa árdua, uma vez que temos um preconceito mascarado e enrustido. Até em instituições como a



família, o preconceito pode muitas vezes ser apaziguado e demonstrado através de anedotas racistas entre amigos ou feitos do tipo.

As primeiras Instituições do Brasil foram implantadas com a chegada da corte portuguesa. Entre Instituições como a Imprensa Régia, o Real Horto, a Biblioteca, o Museu Real, foi inaugurado o Instituto Histórico e Geográfico, em 1838 no Rio de Janeiro, com o intuito de criar uma memória para a nação.

É visível que o tema “raça” causou inquietação em muitos intelectuais. Até o século XIX, seu conceito era dado como uma reunião de características morfológicas específicas, tais como cor da pele, estatura, forma craniana, entre outras. Contudo, a estas características físicas eram atribuídos valores morais e de capacitação humana em geral, circundando em um ponto que a antropologia atual condena, que é o de classificar os seres humanos como sendo superiores ou inferiores partindo de um referencial X ou Y.

A partir do século XX, tais classificações e maneiras de avaliar o ser humano foram sendo aprimoradas: “Os conceitos de ‘população’, em biologia, e de etnia, em ciências sociais, deveriam então substituir o conceito de ‘raça’, ele mesmo transformado, doravante, em tropo para desatualização científica ou racismo, *tour court*.” (GUIMARÃES, 1999). É também no século XX que Gilberto Freyre lança mão de seus conceitos antropológicos de cultura levando Nina Rodrigues a um desprestígio com suas teorias racialistas.

Muitos estudiosos vêem antes no Brasil um preconceito baseado em classes perante um preconceito racial propriamente dito. Parafraseando Antônio Guimarães, “Examinemos esse amplo consenso” (*Ibid*, 1999), uma vez que, segundo o autor, se perguntássemos a alguns brasileiros por que se fala em ‘raça’ no Brasil atualmente, provavelmente escutaríamos algumas respostas baseadas na idéia freyriana, a qual contempla raça como sendo uma invenção estrangeira, um sinal de racismo, inexistente para o povo brasileiro. Isso nos remete à idéia de observar não só como intelectuais de determinadas épocas pensavam sobre tais conceitos, porém, é preciso levar em consideração o que o homem comum da atualidade pensa em relação a tudo o que foi levantado até então.

A busca pelo saber da humanidade, enquanto totalidade, torna-se visível no século XVIII com os legados da Revolução Francesa que pregava a tão famosa: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Não obstante, havia outra corrente de reflexão acerca das diferenças básicas entre os homens. No século XIX, esta última linha de pensamento denotada aflora, dando início a uma nova forma de especulação baseada em características morfológicas, intelectuais e morais. Ainda neste contexto, tivemos estudos visados em uma interpretação do Brasil não mais como mata e selvageria. Contudo, aclamava-se um retrato do País como uma nação industrializada e científica. Tais idéias de muitos cientistas eram vistas com estranhamento pelas demais camadas da população.

Estudos coordenados por Azevedo e Wagley exibem a questão racial associada ao mimetismo cultural: “(...) o negro brasileiro pode branquear-se, na medida em que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais dos grupos dominantes.” (AZEVEDO, 1996, p. 35). Não obstante, esse mimetismo também pode, e deve, ser remetido aos métodos de estudo utilizados por intelectuais, principalmente no que se refere ao período de 1870-1930. Na época, estes pensadores compunham a pré-história das ciências sociais, seus estudos eram anteriores à instalação do curso de Ciências

Sociais no Brasil. A crítica que tanto norteia tais métodos influenciados por europeus se fundamentava na idéia de que a nossa sociedade não era a mesma que a da Europa, logo, não poderíamos utilizar uma “forma” já pronta e acabada a fim de enquadrá-la em uma sociedade tão peculiar como a brasileira, principalmente no que se refere a estudos raciais, uma vez que a nossa mestiçagem é arraigada por um contexto histórico peculiar.

Os estudos raciais foram de extrema importância após a escravidão, uma vez que se precisava montar um novo projeto político para o País. O conceito de raça não somente passou a receber uma interpretação biológica como, também, uma interpretação social. O termo passou a ser entendido como um objeto de conhecimento.

Como bem versa Lilia Moritz Schwarcz (2000), a noção de evolução social caíra como um paradigma no período que contempla os anos 1870-1930, banhada por teorias de pensamento como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. Autores como Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Sílvio Romero faziam as vezes do que hoje concebemos como ciências sociais. Nesse período, era comum nos meios intelectuais não apenas a idéia de que a miscigenação era negativa para a formação de um povo, mas também que o mestiço reunia as piores características de cada raça.

Escolas deterministas foram fundadas naquela época desvalorizando a miscigenação, sendo esta não só responsável pela degeneração racial, mas também pela social. A Escola Determinista Geográfica usava-se da idéia de que o meio era responsável pela evolução social de um povo, idéia quebrada por Gilberto Freyre posteriormente.

A miscigenação levantava indagações em estudiosos que se desafiavam a respondê-las. Pode-se resumir que a mestiçagem funcionava como um divisor de correntes intelectuais como as concepções monogenistas das escolas etnológicas e as idéias poligenistas da antropologia da época. Para as Instituições onde os “homens de ciência” atuavam, nada mais pragmático para a veiculação de informações sobre novos estudos, que circundavam o tema racial, do que as publicações internas organizadas pelas instituições. As revistas científicas da época foram de importância expressiva na definição do perfil de cada centro de estudo.

Um autor posterior à época de 1870-1930 é Gilberto Freyre. Escritor de obras como “Casa Grande & Senzala” (1933), “Sobrados e Mocambos” (1936), “Nordeste” (1937) e “Ordem e Progresso” (1959), teve idéias de imensa repercussão em seu meio, deixando aplausos e críticas em toda sua obra. Freyre iniciou um movimento fecundo para a orientação dos estudos sociais. Cabe endossar que no clássico “Casa Grande & Senzala” o autor realiza uma construção partindo do pressuposto de que a miscigenação racial, resultado do processo de colonização, foi positiva para a formação da sociedade brasileira, destacando a importância do índio e do negro na cultura nacional. Contudo, o autor também recebe severas críticas dos que consideram que o método freyriano romantiza os efeitos da colonização.

Gilberto Freyre teve uma envergadura intelectual em pleno apogeu das teorias racistas que impugnavam a mestiços, negros e índios a razão principal do atraso nacional. No referido contexto histórico, o autor celebra o papel essencial das etnias dominadas na formação do Brasil, chegando a afirmar que os negros foram mais importantes para o processo de colonização do que os seus próprios donos.

O autor exalta a força vital dos negros, denotando uma capacidade de resistência destes ao meio hostil e ainda sobre suas habilidades técnicas e agrícolas. Tais idéias eram tidas

como uma heresia na década de 1930, quando é lançada “Casa Grande & Senzala”. Em sua obra, o índio tem suas feições traçadas não como um selvagem branco e incapaz, sendo em muitos sentidos até superior ao europeu. Um exemplo que confirma tal análise é presente nos hábitos de higiene dos índios que, diferentemente dos europeus, chegavam a banhar-se várias vezes ao dia. Freyre vaticina o índio como vítima, tanto dos colonizadores como também dos jesuítas, uma vez que estes últimos teriam praticado uma espécie de extermínio indireto das populações indígenas locais.

Gilberto Freyre pode ser visto como o ideólogo da miscigenação por, como já denotado, romper com as ideologias racistas vigentes até então. Ao cantar a miscigenação como elemento chave da conquista do europeu, usa-se do argumento de que quando os portugueses se miscigenavam com negras e índias, estabeleciam um aspecto “democratizador” nas relações étnicas do Brasil, algo que não ocorreu com os ingleses na colonização da América do Norte. Esta idéia de democratização nas relações raciais é um ponto de muita discussão e conflito para muitos outros estudiosos que desacreditam na existência de uma real “democracia racial” no Brasil.

A miscigenação e o “sexo livre” na época da colonização são, inclusive, pontos que Freyre aponta como sendo grandes fatores para a adaptação do português nas novas terras. Esta mestiçagem teria gerado um ambiente “sem preconceitos” a ponto de doenças venéreas como a sífilis serem socialmente aceitas: “Costumam dizer que a Civilização e a Sifilização andam juntas” (FREYRE, 1933, p. 47). Para o autor, depois da má nutrição, a Sífilis era o fator que mais degenerava o mestiço.

Freyre foi o primeiro a traçar as feições do negro pela idéia de cultura e não de raça, o que o leva a criar uma imagem harmônica e integrada da nossa sociedade colonial, ocultando, assim, o real “problema do negro” atrás de uma “democracia racial” fantasiosa. No prefácio que elabora à obra “Religião e Relações Raciais”, da autoria de René Ribeiro, Freyre declara:

“... nunca, o estudo da cultura de todo separável do estudo do homem social – produtor ou portador de cultura – e suscetível de ser estudado fisiológica, psicológica e ecologicamente: velha idéia de Boas. Daí sempre me ter incluído entre os que vêm admitindo interpretações psicanalíticas de cultura, impugnadas por Kroeber; e creio ter sido mesmo um dos primeiros em língua portuguesa a esboçar tais interpretações, embora em 1935 me sentisse obrigado a levantar a voz contra o excesso delas, representado então em nosso país pelo professor Arthur Ramos.” (FREYRE, 1954. p. 11-12)

Apesar de todo o dito, Freyre não negou o problema do negro, porém, findou por partir da idéia de que este problema não existia pelo negro não ter cultura ou ter uma cultura inferior. Tal problemática era centrada no fato de o negro ter chegado a América em uma condição social inferior, na condição de escravo. Freyre desnaturaliza a idéia de que escravidão e falta de cultura são sinônimos. Ao exhibir a questão social desse grupo, o autor alcança um grande mérito em sua análise.

A enorme contribuição que os negros deram à construção da nossa sociedade não se isenta em seus estudos. Eis então o motivo pelo qual temos uma enorme quantidade de palavras de origem africana em nosso vocabulário como, por exemplo, moleque, dendê e mungunzá. Essa observação também pode ser remetida ao índio. Só na cidade de São Paulo encontramos um número expressivo de bairros com nomenclaturas baseadas em um vocabulário indígena, tais como Morumbi, Tucuruvi, Guarapiranga, entre muitos

outros. Para Freyre, a cultura negra foi a grande mediadora entre a cultura indígena e a dos portugueses ao fornecer os “pilares” de organização da família patriarcal que constitui em um tema de notável importância em sua análise social.

Outro importante intérprete do Brasil foi Roger Bastide. Na obra “Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide”, de Fernanda Arêas Peixoto (2000), encontramos uma análise de Roger Bastide junto ao movimento Modernista e sua relação intelectual com Mário de Andrade. A autora busca reproduzir uma verdadeira arqueologia de suas idéias.

Roger Bastide pode ser considerado como um dos autores estrangeiros que mais escreveu sobre o Brasil. Francês, ele era responsável pela formação das primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros, mantendo sempre contato com a vida cultural brasileira exterior à universidade. O autor constrói e reconstrói pontos de vista sobre o País em suas perspectivas de análise. Mestre de intelectuais, também o foi de Florestan Fernandes, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, dentre outros. Bastide e Florestan realizaram conjuntamente um grande estudo sobre a questão do negro no Brasil, patrocinado pela UNESCO.

O grupo Modernista foi de extrema importância para o amadurecimento intelectual de Bastide. Parafraseando Fernanda Peixoto:

“Mas, é bom frisar, o diálogo entre Bastide e o grupo modernista não é apenas um entre outros. Além de representar uma espécie de iniciação do sociólogo francês em terras tropicais – diálogo inaugural, portanto – é por meio dele que Bastide define o seu lugar como intérprete da sociedade e da cultura brasileiras.” (PEIXOTO, 2000, p. 46)

Roger Bastide centra-se em estudos acerca de um triângulo equivalente aos seguintes pontos: África, Europa e Brasil, abstraindo o Brasil como o local da barganha dos demais sistemas simbólicos representados pela Europa e pela África. Tal barganha é denotada com vista em um modo assimétrico que se deu à miscigenação, pois, observamos no produto híbrido a predominância branca face à negra. Os costumes dos brancos se sobrepuseram, intimidando a difusão dos costumes negros.

Entende-se assim que Bastide, desde o início de sua produção intelectual no Brasil, preocupa-se em entender as relações existentes entre negros e brancos em nossa sociedade, pautadas por múltiplas aproximações e afastamentos. Fernanda Peixoto lança luz sobre aspectos originais do pensamento do autor e fomenta sua visão crítica, em especial, no que toca às Ciências Sociais.

Para Bastide, “o composto mestiço forma-se pela justaposição (e não pela mistura) de diferentes legados culturais.” (*Ibid*: 67). Numa época em que havia o mito da inexistência do preconceito racial, o grupo formado por Roger Bastide, Florestan Fernandes e demais intelectuais alegava que o preconceito existia sim em nossa sociedade. Eis então um de seus pontos primordiais no que se refere ao estudo de pensamento racial no Brasil.

Então, desde que desembarcou no Brasil, o autor voltou-se para estudos de origem raciais, enfocando a contribuição africana na formação de nossa cultura mestiça. Bastide recai sobre as manifestações artísticas em seu foco de análise para o estudo do sincretismo e da herança africana que nos cabe. Seu envolvimento com Mário de Andrade e seus escritos sobre outros modernistas constitui um foco importante da



análise de Fernanda Peixoto. “A arte é lida tendo em vista a compreensão da cultura brasileira mais ampla; isto é, a crítica de arte encontra-se irremediavelmente ligada à cultura” (*Ibid*: 49).

Roger Bastide contemplava a idéia de que a arte portuguesa tinha sido pouco modificada pela africana, uma vez que a estratificação social da época apartava negros e brancos e, desta forma, o negro media-se pelo fator branco. Para ele, até o nosso folclore é essencialmente português. Contudo, o autor ainda procura ecos africanos contidos pelo “verniz europeu” nas poesias de negros e mulatos.

Outro intérprete do Brasil, apesar de mais associado ao meio literário, é Mário de Andrade. Ele pode ser considerado um interlocutor privilegiado na relação entre Bastide e os modernistas. Há, inclusive, artigos em que Mário e Bastide escreveram um sobre o outro.

Nas décadas de 1930 e 1940, as idéias de Mário de Andrade assumem demasiada importância no cenário cultural e artístico da cidade de São Paulo. Na altura de 1927, Mário estreia na crítica ao ingressar no Diário Nacional, quando comenta música, artes plásticas e literatura.

Como já denotado, Mário de Andrade e seu grupo modernista desenvolvem uma afinidade com o universo indígena mais do que com temas africanos. Tal fato é criticado por Bastide quando este “lamenta o silêncio do amigo em relação ao negro”. (*Ibid*, p. 56).

Em viagem a Minas Gerais, Mário estabelece contato com o Barroco e com a obra de Aleijadinho que tanto o impressionam. O autor considera Aleijadinho como o mulato que imprimiu originalidade à arte sendo, desta forma, “o mais autêntico exemplar nacional”. Mário via o Barroco e Aleijadinho com um tom crítico – livre e, de certa forma, com um tom de crônica. Já Bastide os analisava com um tom sociológico. Tanto para Mário, como para Bastide, o Barroco tinha uma originalidade, sendo esta uma consequência das contribuições africana e portuguesa; tratamos, então, de uma arte nacional no mais puro sentido do termo.

Mário de Andrade atribuía à mestiçagem uma idéia de síntese. Contudo, esta não acarretava em estabilidade – eis a figura problemática de Macunaíma vista no ensaio sobre Aleijadinho. Os mulatos eram tidos por Mário como “sem firmeza nenhuma de caráter”, “desraçados” ou, ainda, “seres bonzinhos”, que se regem por ações individualistas.

O autor alega que busca “dar alma ao país”, contudo, não por via do cultivo de exotismos ou regionalismos. Escritor interessado pelas manifestações culturais do povo, Mário trazia consigo a idéia de que o material popular seria fonte para a criação culta, endossando, assim, sua preocupação com o folclore.

Em sua obra “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter” (1928), o autor realiza um denso discurso ideológico por não concordar com as transformações que o País sofrera na época, tratava-se de uma crítica à direção que seguiam as transformações sociais. No personagem Macunaíma – odisséia antiindustrialista - estão presentes o nacionalismo e a forte ligação estabelecida entre Mário e o folclore, havendo uma “colagem” de anedotas e lendas brasileiras, em uma situação que as culturas desde o norte até o sul do País convivem juntas, sendo assim, trata-se de uma leitura densa e que requer conhecimentos gerais da cultura nacional do leitor. O personagem Macunaíma, um

mestiço, anti-herói ou “herói sem nenhum caráter”, como sugere a obra, serve de ponte para a fusão de diversas vertentes culturais de nossas tradições e expressões de linguagem.

Para Mário, o brasileiro, ou o mestiço, era desprovido de caráter justamente pelo mimetismo a que essa figura foi submetida, fazendo do Brasil um país europeizado. O autor deixa patente em sua obra que o inimigo do brasileiro era o europeu, o homem industrial e, cabe ilustrar também, que a figura antagonista do livro é ligada antes ao Gigante Italiano Venceslau Pietro Pietra do que a Macunaíma. Por fim, para Mário de Andrade a modernização do País, ou seja, a conquista de uma identidade cultural, só seria possível quando atingíssemos a consciência de nossas tradições.

Pensadores que se lançaram ao tema raça, como Gilberto Freyre, Roger Bastide e Mário de Andrade, são de fundamental importância para a interpretação do Brasil fundada na noção de um país mestiço, “vítima da idéia de ‘democracia racial’”. Levar em consideração o contexto histórico em que estes autores levantaram suas interpretações é indispensável para que possamos atribuir-lhes seus reais valores como intelectuais, sem pré-definições partidas de nossa óptica atual.

Devido aos limites da proposta destas páginas, fica impraticável lidarmos com todos os intérpretes do Brasil, mas temos em mente como as contribuições desses três autores citados acima, bem como de muitos outros, a exemplo de Florestan Fernandes e sua imensa obra sobre o estudo da sociedade brasileira e seus estudos sobre o “Mito da Democracia Racial”, nos levam a reflexões necessárias para compreendermos a realidade brasileira atual e esta realidade está totalmente enlaçada com a realidade das discussões raciais, pois, os problemas raciais persistem mostrando que ainda há muito o que se construir nesse sentido.

Nos anos da ditadura militar, apenas à guisa de exemplo, o termo “democracia racial” passa a ser encarado como uma ideologia para o Estado Brasileiro. Com isso, tentou-se negar as desigualdades raciais existentes no País partindo-se da idéia de que como no Brasil o preconceito seria algo “proibido”, e que todos teriam os mesmos acessos comunitários, nós viveríamos em uma sociedade igualitária. Não obstante, os fatos e a prática social negaram tais teorias. Muitos acreditavam na existência desta “democracia racial” pelo fato de manifestações de preconceitos serem camufladas, principalmente se fizéssemos comparações com o preconceito racial existente nos EUA, onde brancos e não brancos se dividem de forma visível, baseada na origem de cada indivíduo (hipodescendência).

Estudos no Brasil acerca do tema cresceram expressivamente, lançando mão de especulações a respeito da real situação dos negros no País em termos de renda e educação, seguidos de estudos relacionados ao tratamento social desta parcela populacional. Atualmente, temos a atuação de movimentos negros dentro do Terceiro Setor, imbuído de discussões acerca da problemática racial, como também temos ONGs que trabalham com o mesmo viés em temas indígenas. Eis uma prova de que os problemas raciais existem e de que a “democracia racial” não é consolidada no Brasil, cabendo a nós, ainda, um processo de compreensão e reflexão da sociedade e dos problemas que persistem em nossa história.

## Referências

- ANDRADE, Mário. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 31. ed. São Paulo: Villa Ricca, 2000. 175p.
- AZEVEDO, Thales. *As Elites de Cor*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 35.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 567p.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados & Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1961. (Tomo II, capítulos XI e XII).
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Raça e os estudos de relações raciais no Brasil*. São Paulo, 1999.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. p. 45-92.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1888/1949.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11-66.